

GAZETA MERCANTIL, — Quinta-feira, 31 de julho de 1986

Tanques e equipamentos criogênicos
Telex: (019) 1464

Cryometal
Empresa Margels 100 Brasileira

am
CONSTITUINTE

Empresários gaúchos lançam manifesto

por Jone Filipon
de Porto Alegre

O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente, incitou ontem os empresários a votarem, em novembro, somente nos candidatos que afinem com os pontos básicos incluídos no documento denominado "Manifesto à Constituinte". Este documento, divulgado ontem por ocasião da posse de Valente para mais um mandato, destaca a necessidade de "preservação do

princípio da livre iniciativa, reconhecidamente prejudicado há longos anos pelo gigantismo da interferência do estado no processo econômico". Seguindo as linhas-mestras do "Manifesto à Constituinte", o setor comercial quer apoiar candidatos que defendam o lucro como pressuposto natural do setor, e uma reforma agrária isenta de protecionismos, em terras, efetivamente improdutivas, iniciando-se pelas do estado.

Aos comerciantes gaúchos interessam candidatos comprometidos com

uma centralização administrativa menor, econômica, financeira e tributária e uma melhor distribuição dos recursos, para acabar com "a situação de verdadeira penúria dos estados e municípios". Na opinião de Valente, a abertura econômica ainda não aconteceu no País. "O estado não restringe sua ação aos graves problemas da área social, e, portanto, passa a ser conflitante com a empresa privada, eis que não é organizado em mesmas crenças e princípios básicos."

A defesa da liberdade de filiação sindical e contri-

buição, de forma que os sindicatos, tanto patronais quanto dos empregados, sejam livres e representativos, é outra condição do "manifesto à Constituinte" aos candidatos de todo os partidos que desejem o apoio do setor. No campo sindical, os comerciantes gaúchos querem ver incluídos na nova Constituição "o direito de paralisação para a classe patronal".

No caso de greves, porém, os critérios devem ser rígidos e a partir de um 'quórum' mínimo, levando em conta o número de

associados de cada sindicato.

Em entrevista à imprensa Valente defendeu uma participação maior do Congresso Nacional na fiscalização das aplicações dos recursos arrecadados pelo governo através de "enorme carga tributária". A negociação que o governo brasileiro pretende promover junto aos credores internacionais, limitando o pagamento dos juros da dívida externa entre 2 e 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) é válida e adequada, no entender de Valente.

Em documento distribuído ontem em Porto Alegre, após uma reunião ordinária, a Confederação das Associações Comerciais do Brasil manifestou apoio às metas sociais anunciadas pelo presidente da República, José Sarney, no Plano de Desenvolvimento Nacional.

O presidente da entidade, Amaury Temporal, em entrevista à imprensa, lembrou que já em 1980, por ocasião do II Congresso que reuniu o setor, foi destacada a necessidade de o governo brasileiro dar prioridade ao social.